

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
CURSO DE PEDAGOGIA

AUGUSTA ISABEL JUNQUEIRA FAGUNDES

CINE ARTE E O DIREITO

Belo Horizonte
2015

AUGUSTA ISABEL JUNQUEIRA FAGUNDES

CINE ARTE E O DIREITO

Proposta apresentada a **FGV DIREITO SÃO PAULO** para participação no **Prêmio ESDRAS DE ENSINO DE DIREITO – 2015.**

Área: Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação

SUMÁRIO

RESUMO	01
INTRODUÇÃO	02
1 JUSTIFICATIVA	05
2 OBJETIVOS	07
3 CLIENTELA	09
4 METODOLOGIA	10
5 OPERACIONALIZAÇÃO	12
5.1 Orientações didático-pedagógicas	12
5.2 Exemplos de atividades avaliativas	13
CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16
ANEXO	17

CINEARTE E O DIREITO

Augusta Isabel Junqueira Fagundes*
Universidade Salgado de Oliveira – Belo Horizonte/MG

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral realizar um empreendimento interdisciplinar que envolva os alunos do 2º período do curso de Pedagogia da Universidade Salgado de Oliveira. Ele visa proporcionar ao grupo de alunos uma série de vivências relacionadas a aplicação do Direito no cotidiano escolar. Através da análise e discussão de filmes (Curtas e longas) os alunos devem, no seu planejamento, desenvolvimento e execução trabalhar as diferentes vertentes do Direito, aplicando a teoria nos mais variados contextos através das temáticas disciplinares abordadas em sala de aula.

Palavras Chaves: Cinema - Cotidiano - Direito - Teoria e Jurisprudências

* Professora nos cursos de Administração, Análise de Sistemas, Fisioterapia, Pedagogia e Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira. Professora dos cursos de Pós Graduação em Tradutor e Interprete de Libras das Faculdades Pitágoras e Ciências Médicas e de Direito Constitucional e Empreendedorismo da Academia de Polícia de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

Essa proposta foi desenvolvida levando em consideração a formação do aluno de Pedagogia na seara do Direito, dentro das demandas atuais do mercado profissional. Ele ressalta a importância da formação empreendedora, das habilidades e competências na gestão de escritórios de advocacia e, também na gestão das instituições educacionais além de focar a necessidade de diferentes profissionais em conhecer e aplicar a Legislação Educacional, mais especificamente o **Direito Educacional**.

Hoje, as atribuições de qualquer profissional (aqui incluído o aluno de Direito e do curso de Pedagogia, mais especificamente) são múltiplas e diversificadas. Sua atividade está diretamente relacionada com as atividades de planejamento, gestão, controle e avaliação dos negócios e, também, da aprendizagem no ambiente educacional, respectivamente. No caso do Pedagogo, ele poderá atuar como proprietário de estabelecimento educacional ou como empregado nas diversas instituições. Sua função primordial vai desde a elaboração de planos, projetos e ações que visem melhorar o desempenho dos alunos/empregados e da empresa. Em razão disso, é necessário que esse profissional compreenda todos os elementos envolvidos dentro de uma organização seja ela micro, pequena ou de grande porte.

Como Pedagogo Empresarial, o egresso será o profissional que irá auxiliar a empresa a responder as questões sobre o sentimento das pessoas, o cotidiano empresarial, o relacionamento entre os pares, a comunicação inter e intra pessoal, o desenvolvimento cognitivo, psicológico e emocional dos membros da organização através do aprendizado e da busca de novos saberes.

Ele será o articulador entre o desejo e aspirações do grupo de empregados e as diretrizes da empresa e do seu corpo diretivo. Portanto, é o co-responsável pela promoção de um clima organizacional saudável dentro das organizações. Deve, ainda, se ocupar sistematicamente dos aspectos humanos da organização evidenciando, principalmente os aspectos pessoais, emocionais, psicológicos, morais e éticos.

Como empresários do ramo educacional, um sonho da grande maioria dos egressos dos Cursos de Pedagogia, os futuros pedagogos poderão atuar na direção

ou supervisão das escolas da educação básica. Daí a necessidade de se inteirar sobre as questões jurídicas.

Pensando nisso, desenvolvemos uma atividade que trata da discussão dos **aspectos legais e jurídicos** que envolvem os indivíduos, as empresas e a sociedade.

No caso específico do aluno dos cursos de **Direito**, o desconhecimento da **Legislação Educacional** é muito grande, pois são poucas as instituições que trabalham com essa disciplina, cuja demanda por ações cresce a cada dia.

Na elaboração desse projeto, tanto o aluno do curso de **Pedagogia**, quanto do **Direito**, poderá descobrir que existem diferentes situações, obstáculos transponíveis e intransponíveis, controláveis e incontroláveis que terá que superar para garantir a correta execução das tarefas. E que todas, independentes de quais sejam, envolvem a aplicação do **Direito**.

Trata-se, portanto, de um tipo de exercício de planejamento com um componente didático que obriga o aluno a refletir sobre o que está fazendo, pois requer de todo o grupo conhecimentos sobre as disciplinas estudadas, a percepção gerencial e habilidade em lidar com assuntos em diversas áreas e de vencer barreiras no relacionamento interpessoal. Além da exigência de uma postura proativa, inovadora e criativa que permita o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar com um conceito de visão, maturidade e da auto-análise de suas ações.

A experiência no ensino através de estudos de caso tem-nos demonstrado que a apresentação abstrata de conteúdos básicos da área oferece sérios obstáculos a sua absorção pelos estudantes. Na área pedagógica empresarial nem sempre os conceitos jurídicos são de fácil assimilação para os estudantes de Pedagogia. Logo é fundamental criar um vínculo com a realidade para uma maior assimilação dos conceitos e ferramentas do **Direito** que serão necessárias para o futuro profissional Pedagogo, e, também para o profissional do Direito que deseje atuar na seara educacional.

Dessa forma, com essa atividade de extensão denominada **CINE ARTE E O DIREITO**, o que se pretende é criar, através da análise abstrata de um filme (curta ou longa) um vínculo com a realidade, com a experiência como base para a aquisição de conhecimentos através de um problema concreto. Ao mesmo tempo em que irá representar uma experiência ficcional, o seu desenvolvimento junto com

as atividades empreendidas será o repositário das aquisições conceituais dos alunos. Ele é o cerne e a referência da disciplina **Direito Educacional I e II**.

1 JUSTIFICATIVA

O cinema (*Kinema*/movimento) cujo resultado é uma série de imagens fixas, projetadas em sequência, dentro de um determinado espaço de tempo, desde que surgiu, essas imagens desenharam e expressam valores, que conseqüentemente implicam em conceitos ideológicos, sociológicos ou econômicos.

Duarte (2002, p. 14) afirma que:

(...) ir ao cinema, gostar de determinadas cinematografias, desenvolve os recursos necessários para apreciar os mais diferentes tipos de filmes etc., longe de ser apenas uma escolha de caráter exclusivamente pessoal, constitui uma prática social importante que atua na formação geral das pessoas e contribui para distingui-las socialmente.

Portanto, conhecer essas imagens implica em compreender as múltiplas possibilidades de reflexão e visão crítica de tudo aquilo que vemos e ouvimos.

Como sabemos, a relação entre o cinema e o conhecimento vai além do campo educacional formal, extrapolando seu sentido apenas cultural ou de lazer. Há mais de cem anos a produção cinematográfica e a indústria do cinema permitem ao homem produzir e consumir uma variedade de imagens que servem tanto para o entretenimento passivo, quanto para a difusão de ideias, emoções e expressões mais elaboradas. Por essa razão o cinema sempre foi considerado, inclusive por seus próprios produtores e diretores, um poderoso instrumento de educação e instrução. Ou seja, cinema e educação sempre se relacionaram.

O seu uso, enquanto recurso didático, não é uma atividade nova. Todos nós sabemos que o cinema está inserido na escola de forma efetiva. Não é de hoje, que a grande maioria dos educadores se utilizam do filme como acessório e complemento de suas aulas. Esse é o maior interesse que o cinema tem para o campo educacional – sua natureza eminentemente pedagógica.

Como ferramenta educacional, os filmes podem ser utilizados nos mais diferentes contextos (históricos, filosóficos, sociais, ideológicos, religiosos, culturais, conceituais e psicológicos) nas mais variadas linguagens, nas mais complexas expressões artísticas (dança, teatro, literatura, poesia, histórias em quadrinhos, música, moda, fotografia e artes plásticas), nos mais amplos mecanismos do conhecimento e nas mais diversas formas de diálogo. Todavia a forma como ele é

utilizado dependerá do contexto e do conteúdo disponibilizado pelo educador. Por isso não podemos ignorar a sua força no processo ensino-aprendizado.

Na seara do **Ensino Jurídico** isso não é diferente, pois, tanto o **Direito** quanto o cinema estão presentes na vida em sociedade. Todavia o maior problema está na utilização do cinema como instrumento para o ensino do **Direito**. Isso porque a maioria dos educadores somente utilizam filmes que possuem conteúdo jurídico específico, como, por exemplo, aqueles filmes onde, tradicionalmente o “júri” é o elemento chave.

Por isso, vale lembrar que o uso do cinema em sala de aula dos cursos de **Direito não tem nada de novo** e o que se configura realmente enquanto novidade é o seu uso como condição básica de desenvolver uma nova forma de olhar as relações humanas compreendidas dentro de um aspecto jurídico contextualizado.

Dessa forma, ao propor esse projeto, desejamos desenvolver uma leitura reflexiva da sociedade e das relações nela envolvida através do estudo do meio cinematográfico, em um determinado contexto, com a linguagem peculiar do cinema, que de diferentes formas retrata a realidade e o cotidiano.

Seu uso sistemático dentro do trabalho jurídico pedagógico tem uma função estratégica, pedagógica e diferenciada. Logo, as possibilidades de uso pelo professor tanto sob o ponto de vista técnico quanto pedagógico é muito amplo. Ou seja, o cinema pode ser trabalhado nos múltiplos campos do conhecimento dentro da escola, visando compreender a relação de múltiplas obras, que circulam em um espaço informativo e educacional, enquanto vetor de possibilidades didáticas e multidisciplinares. Assim, o aluno, além de identificar os diferentes enfoques da realidade humana, deverá interpretar as situações levantadas e diagnosticadas na sociedade frente a uma percepção jurídica própria e singular.

Nessa perspectiva, entendemos que ao utilizar o filme dentro do processo ensino-aprendizado, o aluno será protagonista de sua própria análise e reflexão crítica da situação encontrada, assumindo uma postura dialética frente as demandas sociais, inclusive aquelas ainda não vivenciadas pela sociedade mas já expostas na dimensão criativa dos produtores de filmes.

No caso em espécie a sistemática de sua utilização é diferenciada. Nesse contexto, o papel do professor é estabelecer com o aluno, relações indispensáveis entre os conteúdos adquiridos na sala de aula e as “leituras” do cotidiano levando em conta a aplicação do **Direito** e da **Legislação Educacional**.

2 OBJETIVOS

O uso do filme como um elemento lúdico e ao mesmo tempo didático visa possibilitar aos indivíduos uma participação mais ativa e crítica no entendimento das bases teóricas do **Direito** e da **Justiça**. Além de instrumentalizar o aluno na pesquisa jurisprudencial de modo a fazê-lo compreender e interpretar os principais fundamentos do **Direito**.

Visa fazê-lo compreender que as relações que estão representadas e estabelecidas nas produções cinematográficas funcionam como um espelho da vida em sociedade (passado, presente e futuro) de modo que, analogicamente, suas ideias possam ser transferidas para o ambiente social. Isto é, “parece ser desse modo que determinadas experiências culturais, associadas a uma certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais” (DUARTE, 2002, p. 19).

Portanto, o principal objetivo da atividade é fazer com que as equipes de alunos, através de um trabalho colaborativo, vivenciem todas as atividades envolvidas e relacionadas ao estudo do **Direito** e da respectiva **Legislação Educacional**. Ele visa, sobretudo, desenvolver a capacidade crítica, reflexiva, responsável e empreendedora do aluno, com ênfase no estudo dos conceitos e teorias jurídicas, fazendo uso de metodologias que priorizam as técnicas de criatividade, inovação e da aprendizagem pró-ativa.

Como objetivos específicos, o projeto propõe discutir as situações apresentadas nos filmes exibidos, relacionando-as com as situações jurídicas de modo a ampliar o conhecimento das relações humanas, históricas e sociais no âmbito do **Direito** e, a partir delas, promover reflexões sobre a **Legislação Educacional** e a aplicação da justiça. Além disso ele funciona como um elemento de reflexão e de politização do indivíduo.

De acordo com Pierre Bourdieu (*apud* Duarte, 2002, p. 13),

(...) a experiência das pessoas com o cinema contribui para desenvolver o que se pode chamar de “competência para ver”, isto é, uma certa disposição valorizada socialmente, para analisar, compreender e apreciar qualquer história contada em linguagem cinematográfica.

Assim esperamos desenvolver nos alunos noções, habilidades e atitudes de:

- estudo e pesquisa;
- observação e percepção;
- tomada de decisões;
- distribuição de tarefas e ação integrada;
- comunicação e criatividade;
- administração de tempo;
- avaliação dos produtos e das relações interpessoais;
- planejamento;
- percepção do contexto sócio empresarial;
- importância do Direito na vida e nas relações sociais.

Tudo isso para que o egresso do curso de Pedagogia e, também do Direito, saia tendo uma visão mais realista e próxima do **Direito**, da **Justiça** e dos seus impactos na vida em sociedade.

3 CLIENTELA

Inicialmente as atividades envolvidas nessa atividade foram aplicadas para os alunos do 2º período do curso de Pedagogia da Universidade Salgado de Oliveira – Universo dentro da disciplina **DIREITO EDUCACIONAL**, sendo posteriormente estendidas a outras turmas de outras faculdades, inclusive dos cursos de pós graduação.

4 METODOLOGIA

A metodologia inicial para a execução dessa atividade de extensão é a pesquisa bibliográfica, que segundo Lakatos (1991) compreende um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados sobre um determinado assunto, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes ao tema (p. 158). Ou seja, para realizar o estudo de caso, o grupo de alunos necessita buscar informações que sejam pertinentes a temática trabalhada e que visem integrá-la ao contexto social. Ou seja, todo o trabalho é desenvolvido em cima do estudo de caso examinando as diferentes características envolvidas na produção (filmografia) relacionando-a ao enfoque teórico trabalhado em sala de aula.

Através da análise do filme escolhido, os alunos terão maior controle sobre os eventos a serem analisados contemporaneamente dentro de um contexto de vida real, de modo que eles percebam e entendam um determinado fenômeno social. Ou seja, através das situações levantadas por eles em sua análise/discussão eles aplicarão as fontes do Direito. Como afirma Kurt Lewin (*apud* HILGARD, 1973, p. 327), toda psicologia científica deve tomar em conta situações totais, isto é, o estado da pessoa e do meio ambiente. Isto implica na necessidade de encontrar métodos para representar a pessoa e o ambiente em termos comuns, como parte de uma situação.

Nesse sentido, os alunos realizarão o trabalho levando em conta todas as situações cotidianas relacionadas às atividades sócio culturais e às suas consequências jurídicas para a vida em sociedade.

Dessa forma, o trabalho utiliza uma metodologia onde:

- o espírito crítico deve estar vinculado às posturas dos alunos no desenrolar do processo;
- rigor no trato das questões objetivas e subjetivas envolvidas no filme escolhido;
- profundidade da análise, significando a busca de soluções para os problemas que surgem durante o processo de análise e reflexão da situação apresentada;
- montagem concatenada, arrumada e clara do relatório para a exposição do grupo;
- dedicação à ciência através das pesquisas efetuadas dentro das abordagens discutidas e teorizadas em sala de aula;
- estudo e leitura para um conhecimento aprofundado da temática;

- dedicação e comprometimento com a produção, tendo em vista um posicionamento crítico frente às questões sociais;
- debate e discussão para fins de avaliação e amadurecimento de uma postura científica própria.

Portanto, a metodologia está baseada não apenas na pesquisa bibliográfica como no estudo de caso.

5 OPERACIONALIZAÇÃO

5.1 Orientações didático-pedagógicas

As orientações para o seu uso didático-pedagógico são:

A – Selecionar os filmes

- O professor deverá selecionar uma lista de filmes a serem utilizados em sala de aula, de acordo com os fins pretendidos
- Antes, porém, deverá assistir/conhecer os filmes antes de apresentá-los aos alunos
- Desenvolver a sinopse dos filmes que serão disponibilizados aos alunos

B – Escolha dos filmes pelos alunos e distribuição dos grupos

- Apresentar a lista de filmes escolhidos para os alunos que deverão fazer uma triagem, levando em conta as situações apresentadas
- Dividir os alunos em grupos de acordo com os objetivos. O ideal é ter grupos de 4 (quatro) alunos.

C – Assistir ao filme e relacioná-lo ao seu cotidiano

- Os alunos deverão assistir aos filmes escolhidos e, através de anotações relacioná-los as situações que ocorrem no dia a dia e que envolvem o Direito.

D – Trabalho colaborativo

- Após assistir ao filme o grupo deverá problematizar as situações apresentadas.
- Em seguida deverá buscar na legislação cabível argumentos favoráveis e desfavoráveis quanto a solução do fato, analisando-as juridicamente.
- Depois, trabalhando com as diferentes fontes do direito (analogia, jurisprudências etc.) buscar elementos teóricos sobre a situação analisada.

E – Apresentação e discussão dos resultados

- Os alunos terão que estruturar o trabalho para apresentá-lo aos demais colegas de sala

- O professor deverá iniciar os trabalhos abrindo a apresentação de cada grupo e após iniciar a discussão geral sobre o tema abordado no filme e as considerações levantadas pelos alunos

F – Conclusão

- Cada grupo deverá elaborar um relatório com a descrição do que aprendeu com a situação descrita no filme e sua relação com a matéria estudada em termos de Legislação, Ética, Justiça e Direito.
- Fazer desse momento educativo um espaço de prazer e diversão

G – Publicidade

- Desenvolvimento de uma resenha crítica sobre o filme abordado criando uma fonte de estudo posterior.

5.2 Exemplos de critérios avaliativos

Atividades	Pontuação
Formação da equipe	
Escolha do filme	
Pesquisa e análise do filme escolhido	
Capacidade de observação e pesquisa	
Capacidade de relacionamento à realidade	
Contextualização do caso	
Relacionamento legal e jurídico	
Aplicação e pertinência das fontes jurisprudenciais	
Criatividade e inovação	
Reflexão sobre as limitações pessoais e sobre o trabalho desenvolvido	
Validação das competências e habilidades dos participantes	
Construção e desenvolvimento do relatório	
Capacidade de síntese	
Habilidade de apresentação e oralidade	
Avaliação geral	

6 RESULTADOS

Apesar de ser uma atividade lúdica, seu caráter propedêutico é imensurável. Isto é, em termos práticos a culminância do trabalho representa todo o esforço empreendido durante o semestre na execução dos objetivos propostos para as disciplinas envolvidas na proposta. Além da compreensão dos aspectos jurídicos e legais antes inexistentes por parte dos alunos envolvidos eles passam a se interessar mais pelas questões legais envolvidas no seu cotidiano. O que aguça ainda mais sua percepção para a importância do **Direito** em nosso cotidiano. Tanto que muitos alunos acabam buscando uma segunda graduação no âmbito jurídico.

Outro ponto fundamental diz respeito as competências, habilidades e atitudes desenvolvidas nos alunos durante o processo de desenvolvimento e execução das atividades propostas. Vale ressaltar que diante das atividades desenvolvidas, os alunos puderam interagir, socializando o conhecimento e suas experiências. O que estimulou sua curiosidade e percepção sobre o seu cotidiano e o estudo do **Direito**. Trata-se, portanto de uma atividade que promove em cada indivíduo a possibilidade dele tratar a realidade de outro modo. Um modo mais comprometido, sério e cidadão com as questões do seu dia a dia.

CONCLUSÃO

Este tipo de atividade não se resume apenas a discussão simples e rápida e sem objetivos de um filme. Ao contrário, ela diz respeito a todos os aspectos estruturais (recursos humanos, sociais, produtivos, materiais, financeiro, culturais, jurídicos e legais) que existem dentro de uma sociedade (macro ou micro). Ela corresponde a um sistema de treinamento voltado para o estímulo das competências inter e intrapessoais, além de ampliar a capacitação de nossos alunos no mercado de trabalho.

O objetivo dessa atividade, além de assegurar o comprometimento do aluno enquanto cidadão, desenvolve as competências específicas para lidar no contexto educacional, principalmente na gestão educacional em seus aspectos legais e jurisdicionais. Em outras palavras, após a concretização do trabalho, ocorre um verdadeiro impacto nas relações acadêmicas e sociais dos alunos, que passam a ter uma visão ampliada do contexto jurídico das relações sociais.

Todos esses fatores maximizam e potencializam os conteúdos vivenciados em sala de aula reduzindo à distância entre a teoria e a prática. O que contribui para o próprio desenvolvimento do aluno. Para eles a análise dos filmes oferece uma grande oportunidade de aprender e de mostrar seu crescimento e amadurecimento.

Desde que essa atividade teve início os resultados apresentados foram se solidificando e ampliando. Já estamos na nossa quarta turma. E a cada dia temos a certeza de que essa proposta apresenta um grande diferencial não apenas no Curso de Pedagogia, mas para todos os tipos de alunos (graduação e pós graduação). E esse diferencial se dá, não apenas por suas características específicas, mas pelas questões sociais abrangentes que são sempre debatidas e analisadas pelos envolvidos no projeto.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Adélia. **Filmes na escola: uma abordagem sobre o uso de audiovisuais (vídeo, cinema e programas de TV) nas aulas de sociologia do ensino médio**. UNICAMP: Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado, 2001.
- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DUARTE, Rosália. **Cinema e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª Ed., 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLIANO, A. Guilherme. **O Método Científico. Teoria e Prática**. São Paulo: Harbra, 1986.
- GOMES, A. P. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo**. In: NÓVOA, Antônio (coord). *O professor e a sua formação*. Lisboa: Don Quixote, 1997
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo, Sp: Atlas, 1991, 159p.
- HILGARD, E. R. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1973.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed., São Paulo, SP: Atlas, 1991, 270p.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, MARLI E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- SANTOS E SILVA, Beatriz Nunes. **Cinema e a sala de aula: um caminho para a formação**. Revista Espaço Acadêmico, n. 93, ano VIII.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2002, 335p.
- SILVA, Maria Lúcia Gomes. **O uso da imagem na educação de jovens e adultos: perspectiva na prática pedagógica**. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Educação/UFPB. João Pessoa, 2007.

ANEXO

